

VI SEMINÁRIO

Programa de Pós-graduação em Planejamento
Urbano e Regional da Univap

REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO POR MEIO DE NARRATIVAS: NOVAS ABORDAGENS PARA O SABER URBANO E A LINGUAGEM

Aline Cristina Gomes da Costa
aline.cgc.arq@gmail.com

Orientadores: Prof. Dr. Pedro Ribeiro Moreira Neto e Profa. Dra. Valéria Regina Zanetti

A questão que se abre neste trabalho refere-se à necessidade de encontrar novas formas de produzir conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas, mais especificamente no campo do Planejamento Urbano e Regional. Verifica-se uma certa rigidez na escrita acadêmica que acaba por limitar o acesso das discussões ao próprio campo de estudo e seus complementares. O espaço das cidades é o principal tema das pesquisas da área, mas quem constrói as cidades? Quem habita e vive nas cidades? O que estudamos é justamente os caminhos e descaminhos que a sociedade como um todo elabora, porém não participa das reflexões e discussões, tão pouco tem conhecimento da potência da própria experiência como meio de transformação e ação social.

Em 2017 a cientista social Jaqueline Mergen apresentou sua dissertação de mestrado intitulada “Planejamento Urbano e Participação Popular: Representação Social de Cidadania no Processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São José dos Campos - SP em 2016”. Neste trabalho foi constatado que as classes sociais estão na disputa pela cidade, onde “o segmento economicamente hegemônico (...) se faz presente politicamente, assegurando que seus interesses e necessidades sejam garantidos” (MERGEN, 2017, p. 128). Mergen (2017) afirma que a classe hegemônica é denominada “pelos atores-significativos como os ‘donos da cidade’, que atuam por meio da especulação imobiliária e da

construção civil” (IDEM).

Para Mergen (2017) era notável a polarização dos grupos nas discussões durante as audiências públicas, reconhecendo que “o ‘povo’ participa do processo sem saber do que se trata a Lei, o Plano Diretor. Não se tem conhecimento de sua função, com reforço à ideia de que a ‘classe baixa’ não tem informação e conhecimento de seus direitos” (MERGEN, 2017, p. 129). Nesse sentido, poucas são as pessoas que reconhecem também a própria experiência como forma de conhecimento que deve ser levada em consideração para discussões sobre questões urbanas.

Segundo Mergen (2017), a prefeitura “não garante ‘voz’ e ‘vez’ junto à população de baixa renda”, uma vez que “deixou de divulgar amplamente o processo de revisão e não realizou cursos e ou iniciativas de caráter comunitário para a formação dos cidadãos” (MERGEN, 2017, p. 129). Dessa forma, a falha de comunicação entre estado e população contribui para a criação de leis que não contemplam os direitos de forma equitativa e favorece a autoconstrução nas periferias e em locais com riscos ambientais e de saúde pública.

Apesar do poder público ditar orientações para o ordenamento territorial, a partir das leis de zoneamento, código de obras e plano diretor, não podemos negar que a cidade também se autoconstrói e dita seus próprios direcionamentos. Pois de acordo com Mergen (2017), o município reforça a centralidade da discussão “naqueles que tem conhecimento e compreensão técnica do espaço urbano, ou seja, técnicos, profissionais relacionados às áreas de segmentos da construção civil e imobiliária” (MERGEN, 2017, p. 129). Dessa forma, a percepção dos cidadãos sobre o Plano Diretor “é baseada na interpretação geral, como plano de metas e diretrizes para a cidade, sem estabelecer conexão direta com a vida urbana em seu cotidiano” (IDEM).

Este tipo de segregação não acontece apenas dentro do poder público, como visto na dissertação da Jaqueline Mergen, mas também no próprio universo acadêmico, onde grande parte dos trabalhos e das discussões se voltam para seus pares e para lideranças e técnicos ligados às entidades federativas. Os Congressos, Colóquios e Eventos em geral são frequentados na sua maioria por pessoas ligadas ao universo acadêmico de determinado campo de estudo, além de ter custos elevados para participação.

Nesse sentido, ao retornar as questões: quem constrói as cidades? Quem vive e habita

nessas cidades? São essas pessoas, que desconhecem o valor atrelado às suas vivências e às suas percepções e conhecimentos sobre o local em que vivem. E para quem deveria servir o estudo acadêmico? Além da troca relevante de conhecimentos que existe dentro das universidades entre os pares, o estudo deveria chegar de forma mais simples a essas pessoas.

Como forma inicial de mudança, sugiro aqui retornarmos aos primórdios da vida humana, onde os saberes eram transmitidos por meio da prática de contar histórias. Independente do grau de estudo, contar histórias sempre fez parte do aprendizado humano a partir da troca de experiências. Walter Benjamin, no início do século XX dizia que a arte de narrar se encontrava em vias de extinção. Quando vemos o exemplo de Mergen (2017) sobre a inibição que acontece durante o momento de fala nas audiências públicas por parte da prefeitura com as pessoas mais simples presentes, atestamos o que Benjamin afirma ser um sintoma do processo de morte da narrativa. Nas palavras do autor: “Quando se pede num grupo que alguém narre alguma coisa, o embaraço se generaliza. É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências” (BENJAMIN, 1985, p. 198).

Nesse sentido, a falta de comunicação, a falta da troca de experiências colabora no silenciamento de toda uma classe, pois se ela não conversa sobre suas vivências e percepções com outras pessoas, ela não reconhece que suas experiências particulares podem ter um valor coletivo, podem ter uma força coletiva de transformação socioespacial.

Ao pensar nas formas de expressão, Scott McCloud (1995, p. 47) diz que “as palavras são a maior abstração de todas” e que há diferenças entre as palavras e as imagens no papel da comunicação. Para o autor “‘boas histórias’ são aquelas que combinam essas formas diferentes de expressão de uma maneira harmoniosa” (IDEM). Aqui o autor se refere às histórias em quadrinhos, mas também podemos encarar a narrativa como uma forma de expressão que cria essa harmonia a partir da imaginação e da interpretação, porque segundo Paul Ricoeur (2010, v.1, p. XVII), a narrativa é capaz de mediar os símbolos e a linguagem “em nossa relação com o mundo, com os outros e com nós mesmos”, trazendo à linguagem a própria experiência humana do mundo.

Baseado na filosofia kantiana, Paul Ricoeur (2013) afirma que a imaginação é a síntese que mediatiza a receptividade e a produtividade, “mais do que a representação de algo é um

método, um procedimento destinado a produzir imagens” (RICOEUR, 2013, p. 21). Para McCloud (1995, p. 49) as imagens “são informações recebidas. Ninguém precisa de educação formal para ‘entender a mensagem’. Ela é instantânea” e a escrita “é informação percebida, é preciso conhecimento especializado pra decodificar os símbolos abstratos da linguagem”. Para uma boa comunicação, ele prega a unificação dessas linguagens como se fosse os dois lados de uma mesma moeda (Figura 1).

Figura 1 - Aproximação das palavras com as imagens nas histórias em quadrinhos.



Fonte: McCLOUD, 1995, p. 49.

Segundo McCloud (1995, p. 49), o cartum representa uma forma de “amplificação através da simplificação”. O que isso quer dizer? Para o autor, um desenho realista contém uma sofisticação de detalhes que especifica o ser retratado, ou seja, você identificará exatamente aquela pessoa ou objeto que foi representado. Quando se abstrai a imagem realista simplificando-a como um cartum, o ser retratado pode ser aquela pessoa específica como também pode ser qualquer pessoa que se identifique com a história contada, pois “quanto mais cartunizado é um rosto, mais pessoas ele pode descrever” (McCLOUD, 1995, p. 31), garantindo assim, uma certa universalidade.

Nesse sentido, podemos relacionar a metáfora da arte realista com o trabalho de linguagem acadêmica, cheio de detalhes técnicos que especificam o objeto para determinada área de estudo. Com o objetivo de tornar a linguagem acadêmica mais acessível, podemos simplificar esse “desenho realista” por uma linguagem que aproxime as experiências como

forma de interpretação a partir da narrativa, a fim de ampliar a compreensão para além do campo acadêmico em questão.

Segundo Edgar Morin (2009, p. 20), “o conhecimento torna-se pertinente quando é capaz de situar toda a informação em seu contexto e, se possível, no conjunto global no qual se insere”; e Paul Ricoeur (1994) diz que a narrativa tem a capacidade de ordenar o discordante e homogeneizar o heterogêneo, (re) configurando criativamente acontecimentos dispersos em um todo coerente, em uma história.

Com isso, busca-se transmitir as relações sociais com o espaço construído a partir de uma história que, além do caráter informativo, pode instigar questionamentos e possibilidades criativas de interpretação. O objetivo é de diminuir a rigidez e a formalidade técnica da área de pesquisa, a fim de humanizar o conhecimento de pessoas ligadas aos estudos da área e despertar o interesse em outras pessoas e estudiosos de outras áreas para compreenderem o seu espaço e se sentirem motivados a participar mais das vivências urbanas.

Quando Ítalo Calvino escreveu o livro “As cidades invisíveis”, escolheu nomes fictícios para representar as cidades do império do Grande Khan. Ao fazer isso, ele universalizou o seu discurso para deixar em aberto a quem se propor a ler, a identificação das cidades fictícias com cidades reais que fazem parte do imaginário e das experiências do próprio leitor.

Um exemplo dessa associação pode ser visto na cidade invisível de Aglaura que se mantém sobre um discurso baseado em uma série de virtudes proverbiais contados e recontados por seus habitantes, assim como a cidade real de São José dos Campos, em meados da década de 1960, com discurso advindo do poder público que marcou parte de um projeto de apagamento da memória do período sanatorial para a construção de um imaginário ligado à tecnologia e à inovação. De tanto se falar de Aglaura, torna-se ambígua a distinção entre a imagem que se criou e a sua identidade real, entre o que é cidade e o seu discurso, e assim se sucede também a respeito desse momento na história de São José dos Campos.

Referências

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**, Obras escolhidas Vol I. trad. S.P. Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1985.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Tradução de Diogo Mainard, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

MERGEN, Jaqueline. **Planejamento Urbano e Participação Popular: Representação Social de Cidadania no Processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São José dos Campos- SP em 2016**. Dissertação de mestrado do curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade do Vale do Paraíba, 2017.

McCLOUD, Scott. **Desvendando os quadrinhos**. Makron Books, São Paulo, 1995.

MORIN, Edgar, **Da necessidade de um pensamento complexo**. In: MARTINS, Francisco Menezes e SILVA, Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 1990.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa 1. A intriga da narrativa histórica**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1994.